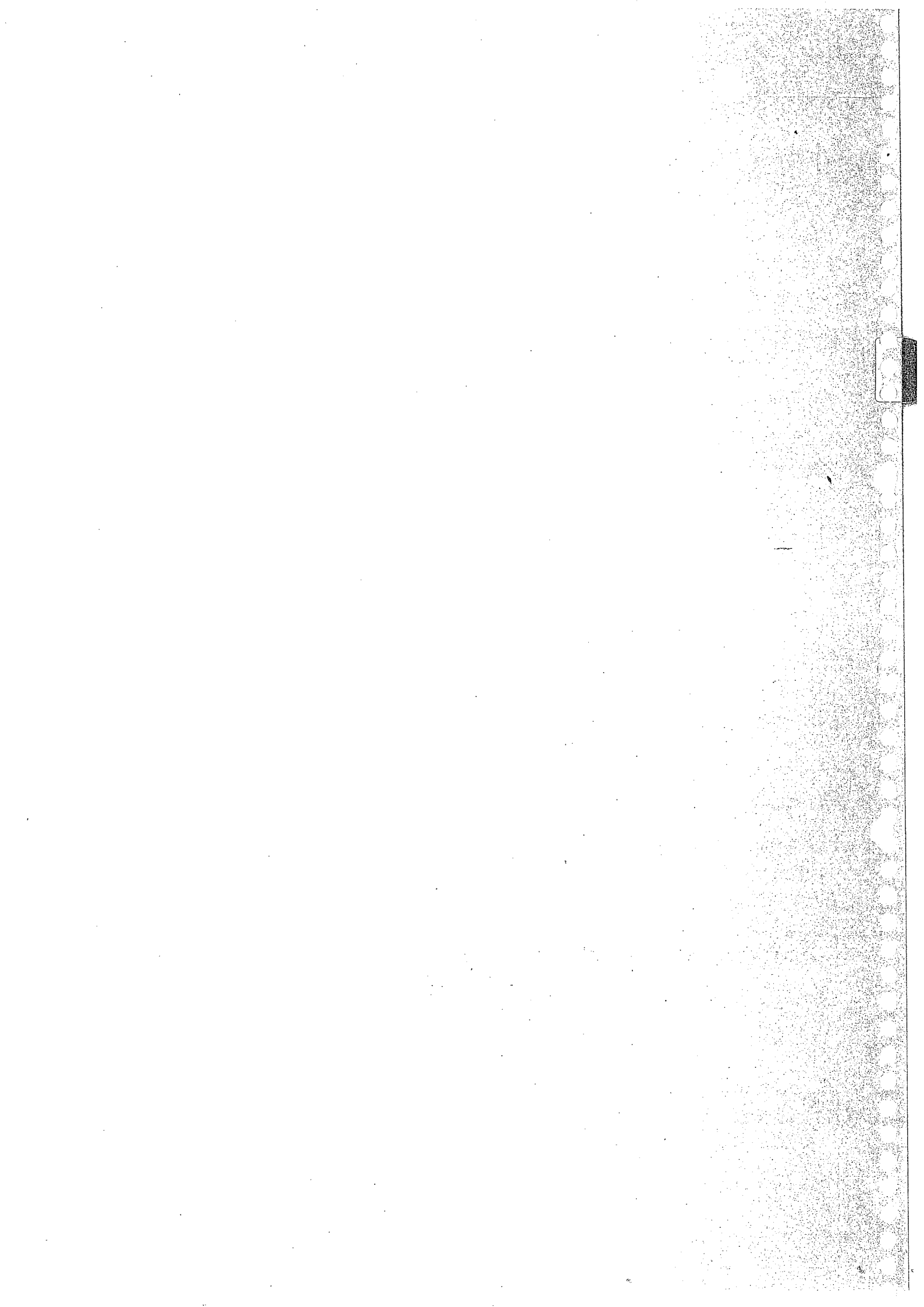


05/07/1999

**Terceira Avaliação do Acordo com o FMI****Memorando de Política Econômica**Tabelas e anexo

1. Os principais aspectos da estrutura da atual política econômica do governo brasileiro foram descritos no Memorando de Política Econômica anexo à carta do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central datada de 8 de março de 1999 que solicitou a conclusão da primeira e da segunda revisões do acordo stand-by com o FMI aprovado pela Diretoria Executiva em 2 de dezembro de 1998. O governo continua plenamente comprometido com o núcleo daquela política. O presente memorando descreve os principais desenvolvimentos ocorridos na economia brasileira desde então e detalha alguns passos que estão sendo tomados para implementar a política econômica num ambiente econômico interno e externo em constante mutação.
2. A evolução da economia brasileira no primeiro semestre de 1999 foi em geral consideravelmente melhor que a projetada no programa revisto do governo brasileiro apoiado pelo FMI (doravante denominado o programa). Após acentuado declínio no segundo semestre de 1998 estima-se que o PIB tenha começado a se recuperar já no primeiro trimestre de 1999 o que reflete sobretudo um grande aumento da produção agrícola. Salvo novos choques externos o PIB deverá decrescer em média 1% ou menos em 1999 contra um crescimento negativo de 3,5% a 4% projetado no programa. Embora ainda não haja dados disponíveis sobre a evolução dos componentes da demanda agregada o desempenho do PIB melhor que o esperado parece refletir particularmente o aumento da confiança tanto no país quanto no exterior resultante do relaxamento de restrições financeiras. O melhor desempenho da produção teve como consequência a estabilização geral da taxa de desemprego aberto próxima a 8% nos quatro primeiros meses de 1999 taxa marginalmente mais alta que a de 1998. A expectativa é que essa taxa decline gradativamente no segundo semestre de 1999 e mais ainda em 2000 quando as projeções indicam uma aceleração do crescimento do PIB para 4%.
3. O desempenho da inflação até agora tem sido substancialmente melhor que o projetado. O aumento acumulado do índice geral de preços (IGP-DI) nos primeiros cinco meses de 1999 foi de 7,4% contra os 11% projetados no programa. Os preços ao consumidor aumentaram ainda menos — 3,8% no mesmo período. Essa evolução favorável permitiu que as taxas de juros baixassem a um ritmo mais rápido que o esperado de 45% em 4 de março para 21% em 23 de junho de 1999. Embora nos próximos meses o nível de preços vá refletir o impacto do reajuste das tarifas de energia e de outros preços administrados a expectativa presente é de que o IGP-DI ao longo do ano (na ausência de choques externos significativos) ficará contido em cerca de 12% em comparação com os quase 17% projetados no programa e que os preços ao consumidor (medidos pelo INPC e pelo IPCA) aumentarão menos de 8%. A taxa de inflação de 12 meses medida pelo IGP-DI deve reduzir-se ainda mais para cerca de 5% até o ano 2000. O repasse limitado da desvalorização da moeda para os preços reflete a postura firme da política macroeconômica a ausência continuada de mecanismos de indexação o considerável hiato de produto e o impacto positivo dos baixos preços das commodities além de uma ótima safra.
4. Em contrapartida a evolução do comércio exterior até o momento foi menos favorável do que se previa. A balança comercial continuou a apresentar um pequeno déficit nos cinco primeiros meses de 1999 consequência da reação mais lenta que a esperada do volume das exportações do declínio menos acentuado no volume das importações (coerente com uma demanda interna maior do que a prevista) e da deterioração significativa nas relações de troca na medida em que os preços internacionais do petróleo se recuperavam e os preços de outras



commodities importantes para as exportações do Brasil permaneciam deprimidos. A expectativa é de que o saldo da balança comercial se recupere a partir do meio do ano na medida em que se intensifique a reação das exportações à desvalorização da taxa de câmbio real e que as restrições ao financiamento de exportações se reduzam ainda mais e as relações de troca se estabilizem. Essa recuperação contudo deve estar limitada pelas condições de demanda relativamente deprimida de alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil e pelo previsível aumento gradativo das importações na medida em que a atividade econômica interna se acelere no segundo semestre do ano. Estima-se agora que o superávit da balança comercial no ano ficará abaixo de US\$ 4 bilhões bem inferior portanto ao projetado no programa (US\$ 10 8 bilhões). A balança de serviços porém deve continuar a mostrar melhores resultados de forma mais acelerada que a prevista no programa o que facilitará a redução do déficit na conta corrente do balanço de pagamentos dos US\$ 33 6 bilhões registrados em 1998 para cerca de US\$ 21 bilhões. É de se esperar uma melhora mais profunda e significativa nas contas externas em 2000 quando salvo novos choques o superávit comercial deve ultrapassar US\$ 9 bilhões e o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos deve cair para menos de US\$ 19 bilhões.

5. As perspectivas para a conta de capitais do balanço de pagamentos para o restante deste ano continuam a ser afetadas por incertezas significativas no ambiente externo. À semelhança da maioria dos outros mercados emergentes o Brasil continua algo vulnerável a choques nos mercados financeiros internacionais embora o fortalecimento da política econômica e a mudança para um regime de câmbio flutuante tenham reduzido consideravelmente essa vulnerabilidade. Na ausência de grandes choques externos mas presumindo-se que os mercados financeiros internacionais continuem a adotar uma postura relativamente cautelosa em relação aos mercados emergentes estima-se que os ingressos de recursos no Brasil ultrapassem as necessidades de financiamento da conta corrente por uma margem pequena no segundo semestre de 1999 levando a um superávit global do balanço de pagamentos de cerca de US\$ 3 bilhões nesse período. A recuperação moderada dos ingressos de capital até o momento veio acompanhada de prazos de vencimento mais longos o que deve contribuir para reduzir a volatilidade dos fluxos. Em especial o investimento direto estrangeiro continuou a crescer num ritmo vigoroso. Ele totalizou US\$ 31 3 bilhões nos 12 meses findos em maio de 1999 e US\$ 10 7 bilhões entre janeiro e maio de 1999. Para 1999 como um todo o investimento estrangeiro direto deve alcançar pelo menos US\$ 18 bilhões o equivalente a 85% do déficit em conta corrente a despeito de um possível adiamento para o início do ano 2000 de algumas privatizações originalmente previstas para o último trimestre de 1999.
6. A República e algumas empresas públicas e privadas (inclusive bancos) voltaram aos mercados internacionais de capital nos últimos meses. Após o êxito da emissão global de US\$ 3 bilhões em títulos (sendo US\$ 2 bilhões em dinheiro novo) no fim de abril de 1999 estão previstas novas emissões de bônus soberanos no segundo semestre do ano. Essas emissões — cuja época montante e vencimento serão determinados à luz das condições prevalecentes no mercado — terão como principal objetivo o refinanciamento da dívida externa pública vincenda e o estabelecimento de parâmetros (benchmarks) para os tomadores do setor privado ao longo da curva de rendimentos (yield curve). O governo pretende reduzir gradualmente a participação da dívida externa e da dívida indexada ao câmbio na dívida pública total *pari passu* com a expansão e o fortalecimento dos mercados internos de capital.
7. O estoque de linhas de crédito interbancário está hoje quase 4 5% acima do de fevereiro de 1999 (data de referência acordada com os bancos privados para a manutenção dessas linhas) apesar da redução do financiamento às importações como consequência do próprio declínio das importações. O Banco Central aperfeiçoou substancialmente o monitoramento da evolução dessas linhas de crédito em colaboração com os bancos nacionais. Espera-se que as linhas de crédito bancário continuem a ser restabelecidas nos próximos meses na medida em que a confiança continue a se fortalecer e a demanda por crédito comercial

aumente. Dadas as incertezas que afetam a conta de capital e com vistas a fornecer ao Banco Central a oportunidade de intervir no mercado de câmbio para contrabalançar o efeito de condições temporariamente desordenadas o piso das reservas internacionais líquidas do programa foi fixado em US\$ 3 bilhões abaixo da trajetória projetada dessas reservas para o segundo semestre deste ano. Na quarta revisão do programa mais adiante este ano vai-se reavaliar se essa margem permanece adequada.

8. A evolução fiscal até o momento tem sido em média melhor que a projetada no programa. Para o primeiro trimestre de 1999 o piso de R\$ 6 bilhões para o superávit primário do setor público consolidado — que segundo a definição ampla adotada no Brasil inclui o governo federal o Banco Central os estados municípios e empresas públicas não financeiras em todos os níveis de governo — foi alcançado com ampla margem pois o superávit ultrapassou R\$ 9 3 bilhões (4 1% do PIB do período). Cerca de R\$ 2 2 bilhões deste excedente resultaram da arrecadação não programada de tributos em atraso no âmbito do governo federal. O superávit primário consolidado dos estados municípios e empresas públicas também foi ligeiramente superior ao programado. Dadas as informações disponíveis até esta data a expectativa é de que também seja alcançada a meta de R\$ 12 9 bilhões para o superávit primário do setor público consolidado no primeiro semestre de 1999. Em decorrência do melhor desempenho do saldo primário do rápido fortalecimento do câmbio entre o início de março e meados de maio e do declínio maior que o esperado nas taxas de juros o teto indicativo do programa para a dívida pública líquida em março de 1999 foi cumprido com ampla margem pois a dívida líquida reduziu-se para R\$ 470 bilhões (48 3% do PIB) no fim de março comparada à projeção do programa que era de R\$ 506 bilhões (52 2% do PIB). A meta indicativa para o fim de junho de 1999 equivalente a 51 7% do PIB também deve ser cumprida com uma margem significativa.
9. Defrontado com os recentes riscos relacionados ao cumprimento da meta de 3 1% do PIB para o superávit primário do setor público para 1999 como um todo o governo tomou imediatamente medidas corretivas. Tais riscos decorreram especificamente da recuperação dos preços internacionais do petróleo já que sem reajustes correspondentes nos preços internos dos derivados de petróleo teria havido uma queda substancial de receita. Para impedir que isso ocorresse os preços foram aumentados em 18% em média (o aumento varia conforme o produto) e o governo pretende reajustá-los periodicamente à luz de variações nos preços internacionais do petróleo e da taxa de câmbio. Em vista da contínua e progressiva liberalização do setor e no contexto da reforma tributária global o governo pretende no longo prazo propor uma ampla reforma da tributação dos derivados do petróleo. Outros riscos que ameaçam as perspectivas econômicas para 1999 decorrem da contestação judicial de algumas medidas de aumento da receita promulgadas no início do ano (principalmente o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos e da Cofins). O governo confia em que a meta para o saldo primário poderá ser atingida mesmo se forem tomadas decisões que lhe são desfavoráveis em alguns dos casos em juízo. Ademais está plenamente comprometido com a tomada de medidas adicionais conforme necessário para garantir o cumprimento estrito da meta fiscal primária para o ano como um todo. O governo tem continuado a fazer vigor o cumprimento pelos Estados do pagamento do serviço da dívida reestruturada. Este fato aliado aos limites rigorosos aprovados pelo Senado para o acesso dos Estados a novos financiamentos está concorrendo para a melhoria progressiva do resultado primário dos Estados que deve apresentar um pequeno superávit em 1999. A proposta de reestruturação da dívida de alguns municípios que está em processo final de aprovação pelo Senado ajudará a aumentar o superávit primário consolidado dos municípios ao longo do tempo. Partindo da hipótese de trabalho geral de estabilização da taxa de câmbio no seu nível atual (R\$ 1 75 por US\$ 1) e de um novo declínio gradual da taxa de juros no overnight as necessidades de financiamento do setor público em 1999 devem ficar contidas em cerca de 9% do PIB e a dívida pública líquida deve manter-se no equivalente a 51% do PIB até o fim do ano.

10. O governo está plenamente comprometido com a manutenção e mesmo o aprofundamento do ajuste fiscal nos próximos anos em consonância com os objetivos estipulados no Memorando de Política Econômica anterior. Especificamente para o ano 2000 a meta para o superávit primário do setor público consolidado é de 3,25% do PIB. A proposta de orçamento federal para o próximo exercício que deverá ser apresentada ao Congresso em agosto será consistente com esse objetivo e com as perspectivas das finanças dos outros componentes do setor público. A meta de superávit primário para o ano 2000 será facilitada pelo impacto de algumas das medidas tributárias e de elevação da receita promulgadas no decorrer de 1999. Por outro lado as finanças do governo federal serão adversamente afetadas pelo desaparecimento de algumas receitas extraordinárias ou temporárias e pela eliminação do Fundo de Estabilidade Fiscal que dará novo impulso às transferências constitucionais mandatórias para os Estados. Portanto será preciso garantir a continuada contenção dos gastos em todos os níveis de governo para garantir que a meta de superávit primário será atingida. Para isso o governo federal prosseguirá seus esforços para conter a folha salarial; a legislação recente que regula a implementação da reforma administrativa também exigirá um esforço semelhante senão maior da parte dos governos estaduais e municipais. O menor crescimento dos benefícios da previdência social resultará da implementação das emendas constitucionais relativas à reforma da previdência e dos constantes esforços administrativos nessa área (ver parágrafo 15 adiante). Os programas remanescentes de subsídios parciais continuarão a ser contidos e serão impostos limites a outros gastos correntes e de capital do orçamento federal num nível global coerente com os recursos disponíveis. Dentro desse limite o governo pretende continuar a priorizar as despesas com educação saúde e outros programas sociais de economicidade comprovada principalmente aqueles voltados para os grupos mais vulneráveis. Conforme indicado no parágrafo 13 adiante a seleção dos programas prioritários no orçamento de 2000 será feita com base na estratégia do plano quadrienal a ser apresentado ao Congresso junto com o orçamento. As perspectivas das finanças públicas em 2000 serão analisadas em maior detalhe no decorrer da quarta revisão do programa ainda este ano.
11. Continuam a se fazer progressos em várias áreas da reforma fiscal estrutural. Um passo importante na direção da transparência fiscal e da promoção da sustentabilidade fiscal em todos os níveis de governo foi dado em abril de 1999 com a apresentação ao Congresso de projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal que deve ser aprovado antes do fim do ano. Este projeto de lei propõe a fixação de limites quantitativos para o endividamento dos governos federal estaduais e municipais e para despesas de pessoal. Além disso proíbe o uso de empréstimos para financiar gastos correntes (a chamada “regra de ouro”). Cada limite quantitativo terá um valor máximo permissível e um valor prudencial. O projeto prevê regras de ajuste caso os valores máximos sejam ultrapassados e proíbe que se contraiam novos empréstimos além do limite de endividamento bem como proíbe que a dívida de um nível de governo continue a ser refinanciada por outro nível de governo. O projeto prevê ainda um curto período de transição para facilitar a adaptação das entidades públicas às novas exigências. Para promover a transparência o projeto determina que cada nível de governo forneça relatórios financeiros abrangentes e tempestivos ao nível imediatamente superior sendo que o governo federal consolidará esses relatórios num relatório trimestral sobre a situação das finanças da nação. Por fim o projeto estabelece o princípio da responsabilidade individual dos servidores públicos pelo seu cumprimento e prevê um sistema de penalidades individuais pela violação desse princípio.
12. Estão se intensificando os esforços para a aprovação ainda em 1999 da proposta de reforma ampla do atual regime de tributação indireta. Esses esforços incluem um diálogo mais intenso com o Legislativo com os governos estaduais e municipais e com o setor privado de modo a assegurar uma base de apoio adequada para a proposta revista de simplificação da maioria dos atuais tributos indiretos federais estaduais e municipais bem como sua consolidação num IVA nacional cuja receita seria partilhada por todos os níveis de governo e que seria complementado por um imposto de vendas a varejo com uma alíquota baixa bem como por impostos

seletivos de consumo em níveis estadual e federal. A reforma proposta visa a eliminar a margem para “guerras fiscais” entre os Estados reduzir a sonegação e minimizar as distorções resultantes da incidência de tributos em cascata. Além disso o Governo pretende apresentar em breve um projeto de lei que terá entre outros objetivos o de reduzir as oportunidades de evasão legal de impostos e limitar a perda de receitas em razão do excesso de processos judiciais tributários.

13. Do lado da despesa o governo está atribuindo ênfase cada vez maior a uma melhor seleção dos gastos prioritários por meio principalmente de uma melhor articulação entre o processo orçamentário anual e uma estrutura de planejamento plurianual. Esta estrutura que de início abrange o período 2000-2003 deve ser apresentada ao Congresso em agosto de 1999. Ela identificará programas de despesa pública prioritários vinculados a uma estratégia de desenvolvimento em torno de eixos regionais específicos. Esses programas terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários durante o período do plano. O governo pretende que os recursos orçamentários alocados a esses programas alavanquem parcerias com bancos multilaterais de desenvolvimento e investidores do setor privado para o financiamento dos programas e de projetos complementares. Dará também maior ênfase à avaliação dos resultados desses programas e à prestação de contas pelos gestores públicos dos programas.
14. A aprovação pelo Congresso da emenda constitucional sobre a reforma administrativa em 1998 lançou a base necessária para a contenção sustentada dos gastos com pessoal e para o enxugamento do funcionalismo em todos os níveis de governo. Quase todos os textos legislativos que regulamentam a implementação da reforma — inclusive uma lei que impõe limites específicos à folha salarial como parcela da receita líquida em vários níveis de governo e outra lei que regulamenta a dispensa de funcionários públicos no caso de excesso de quadros — foram aprovados recentemente pelo Congresso. Espera-se para breve a aprovação da regulamentação restante. Nesse ínterim diversos Estados e municípios estão fazendo progressos na redução de seus gastos com pessoal dentro das restrições impostas pela legislação em vigor. O governo federal por seu turno tomou medidas para reduzir sua folha salarial através de uma melhor eficiência administrativa incluindo ações para identificar e corrigir irregularidades na folha. Além disso está revendo a escala de salários federais para torná-la mais compatível com as relatividades apropriadas do setor privado. O governo também está estudando medidas adicionais para racionalizar o serviço público e conferir mais flexibilidade à gestão dos recursos humanos da administração pública. Embora no curto prazo essas medidas dificilmente produzirão uma economia substancial com o passar do tempo devem contribuir muito para melhorar qualidade e eficiência da administração pública.
15. Ao aumentar os períodos mínimos de contribuição para os sistemas de pensão e eliminar certas inflexibilidades constitucionais na determinação dos benefícios previdenciários a emenda constitucional sobre a reforma da previdência aprovada no fim de 1998 representou um avanço importante nessa área particularmente frágil das finanças públicas. O governo reconhece porém que as reformas aprovadas até o momento não são suficientes para garantir a viabilidade financeira do sistema previdenciário no médio prazo nem para ampliar o seu grau de equidade. Portanto pretende continuar a trabalhar junto ao Congresso e angariar o apoio da sociedade para novas reformas no regime de previdência pública promovendo ao mesmo tempo com as devidas salvaguardas o desenvolvimento de planos de aposentadoria complementar com o intuito de suplementar o sistema incentivando a poupança privada para a aposentadoria e ajudando a ampliar os mercados domésticos de capital. Nesse sentido foram apresentados ao Congresso em março de 1999 três projetos de lei que regulamentam os planos de aposentadoria complementar para trabalhadores dos setores público e privado; espera-se que os projetos sejam aprovados ao longo deste ano. Pretende-se dar seqüência à reforma do sistema previdenciário em várias etapas ao longo dos próximos meses. Dentro em breve serão apresentados projetos de lei específicos para reformar os regimes de aposentadoria dos autônomos trabalhadores rurais e militares. Para os trabalhadores do setor privado o regime de contas individuais

será ampliado e aperfeiçoado a fim de garantir que doravante a conta de cada contribuinte reflita com precisão as contribuições efetuadas. Esta medida ajudará a reduzir o número de solicitações fraudulentas de pensões e permitirá a transição para um regime de contribuições definidas em termos nocionais no qual a concessão de benefícios previdenciários será baseada no histórico de contribuição dos beneficiários ao longo de toda sua vida profissional — com a devida taxa de retorno contábil — e na esperança de vida na data da aposentadoria. Para os novos servidores públicos o intuito da reforma é limitar os benefícios básicos ao teto fixado para os trabalhadores do setor privado e suplementá-los com planos de aposentadoria complementar totalmente custeados por contribuições. Para os servidores já na ativa o governo está estudando maneiras viáveis de aumentar a correlação entre benefícios e contribuições mantendo ao mesmo tempo o caráter de benefícios definidos do sistema. O governo também está agilizando os procedimentos administrativos para reforçar a fiscalização e arrecadação das contribuições previdenciárias bem como para reduzir abusos principalmente no tocante às aposentadorias por invalidez.

16. Após a transição para um regime de câmbio flexível efetuada em meados de janeiro de 1999 o objetivo prioritário da política monetária nos últimos meses tem sido evitar que o aumento inicial dos preços dos produtos comercializáveis decorrente da desvalorização do real leve à aceleração sustentada da inflação e das expectativas inflacionárias. Isso exigiu um forte aumento das taxas de juros no início do mês de março a partir de um nível de juros já elevado. Tal aumento em paralelo com outras ações de política foi instrumental para a correção rápida do overshooting e o rápido declínio na taxa mensal de inflação. Desde então o Banco Central vem reduzindo gradativamente as taxas de juros (em geral seguindo e não liderando expectativas de mercado) para um nível que deflacionado pelos indicadores correntes da inflação esperada permanece um pouco acima do que o BC considera uma taxa de juro real apropriada nas presentes condições macroeconômicas. O Banco Central manteve até o momento um viés de redução que permite ao presidente do Banco baixar as taxas entre as reuniões periódicas do Comitê de Política Monetária (Copom) órgão responsável por definir a Selic a taxa de intervenção do BC no mercado interbancário overnight. O anúncio de um viés permite ao BC orientar as expectativas do mercado entre as reuniões do Copom e ao mesmo tempo manter certo grau de flexibilidade para adaptar a política de juros de curto prazo às condições imperantes. Na condução da política de taxa de juros o BC responderá em particular a quaisquer pressões significativas sobre as reservas internacionais líquidas ou a novos fatos na esfera cambial que possam ameaçar a consecução da meta de inflação.
17. Conforme indicado no Memorando de Política Econômica de março de 1999 o governo decidiu instituir a partir de julho de 1999 uma meta formal de inflação como instrumento da política monetária. No fim de junho o Ministério da Fazenda anunciou as seguintes metas para a inflação nos preços ao consumidor conforme medida pelo aumento do IPCA nacional durante o ano: 8% em 1999 6% em 2000 e 4% em 2001 (com margem de tolerância em cada ano de dois pontos percentuais). Caberá ao Banco Central a responsabilidade pela consecução dessas metas por meio da condução da política monetária. Ele elaborará relatórios trimestrais sobre a inflação para explicar ao público as considerações que nortearam as políticas adotadas pelo BC no trimestre anterior bem como o desempenho da inflação naquele período as previsões da inflação futura e as políticas com que o BC reagirá a elas. As previsões do Banco Central serão baseadas numa série de indicadores inclusive a sua própria pesquisa permanente das expectativas de mercado modelos de previsão de curto prazo e modelos econométricos estruturais da transmissão da política monetária bem como em suas avaliações constantes das perspectivas das variáveis econômicas mais relevantes como a taxa de câmbio a postura da política fiscal e as condições da demanda agregada.
18. As informações disponíveis sobre os agregados monetários no primeiro semestre de 1999 indicam que o critério de desempenho para os ativos internos líquidos do Banco Central no mês de junho será cumprido com ampla margem como reflexo

do nível de reservas líquidas internacionais superior ao esperado e do crescimento da base monetária que foi em linhas gerais consistente com as projeções do programa monetário revisto elaborado em março de 1999. Em junho a taxa de crescimento da base monetária em 12 meses foi de 10,4% contra a projeção do programa de 10,2%. Os agregados monetários mais amplos também vêm crescendo a um ritmo moderado sendo que a expansão de M2 (medida segundo a definição do FMI) foi inferior a 6% nos 12 meses decorridos até abril de 1999. Foram definidos um critério de desempenho para o fim de setembro de 1999 e metas mensais indicativas para o restante de 1999 com relação aos ativos domésticos líquidos em consonância com as trajetórias projetadas para a base monetária e as reservas internacionais líquidas. Cumpre assinalar que a demanda por moeda no segundo semestre de 1999 pode ser afetada pela reintrodução da contribuição provisória sobre movimentações financeiras (CPMF) em junho e pelo problema do ano 2000. A estrutura da programação monetária para o quarto trimestre de 1999 e para 2000 será revista no contexto da quarta revisão do programa e adaptada conforme necessário à nova estrutura de metas de inflação.

19. Há evidência de que o setor bancário soube absorver bem em média o impacto da crise econômica no início do ano. A maioria dos bancos contava com mecanismos de proteção contra a desvalorização do real e aumentou suas provisões para créditos de liquidação duvidosa que passaram de 7% do total de empréstimos no fim de 1997 para 8,9% no fim de abril de 1999 refletindo as altas taxas de captação (principalmente no que se refere ao crédito ao consumidor) e a desaceleração da atividade econômica. Testes de stress atualizados indicam que o sistema bancário permanece robusto e que a maioria dos bancos privados mantém uma sólida base de capital (bem acima da taxa obrigatória de 11% dos ativos ponderados pelo risco) e provisões para a totalidade dos créditos de liquidação duvidosa.
20. A privatização de bancos públicos prossegue. Quando o Proes (programa para a reestruturação dos bancos estaduais) foi lançado havia 30 bancos estatais. Até o programa ser concluído em cerca de dois anos a expectativa é de que restem apenas seis. Nos próximos meses serão concluídas algumas privatizações. O maior banco estadual Banespa que se encontra atualmente sob administração federal deve ser privatizado antes do fim deste ano. A privatização dos bancos dos Estados do Paraná, Goiás, Ceará e Amazonas deve ser concluída no primeiro semestre do ano 2000. Conforme indicado no Memorando de Política Econômica de março de 1999 o governo deu início a auditorias abrangentes e à revisão do papel dos principais bancos federais iniciativa que deve ser completada ainda este ano.
21. Houve avanços significativos na execução das melhorias programadas nos regulamentos prudenciais. Em maio o Banco Central emitiu regulamentação que limita as posições em aberto em divisas (que não devem exceder 60% do capital) e exige que os bancos aumentem o capital em 50% do excesso de suas posições em aberto acima de 20% do capital. Esta regulamentação entrou em vigor em 1 de julho de 1999. Além disso com vistas a reduzir o risco de mercado o Banco Central está preparando nova regulamentação para o risco da taxa de juros; a regulamentação de outros aspectos do risco de mercado (especialmente os riscos de capital e de commodities) exigirá trabalho adicional. Foi elaborada uma minuta da regulamentação de um sistema prospectivo de classificação de crédito que deve entrar em vigor no início de janeiro de 2000. O Banco Central também está trabalhando com assistência técnica e apoio financeiro do Banco Mundial para aperfeiçoar a supervisão bancária o que envolve aumento da frequência das auditorias no local e contínuo monitoramento “off-site” das instituições financeiras. Além disso estão sendo realizados esforços para tratar o mais rapidamente possível do problema da atual limitação de recursos humanos por meio de novas contratações e do treinamento dos quadros.